

A CIDADE DOS HOMENS: PATRIARCADO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE VITÓRIA DA CONQUISTA - BA

Joanna de Angelis Andrade Santos ¹
Sócrates Oliveira Menezes ²

RESUMO

A pesquisa expõe a necessidade de consolidar as noções de propriedade privada, patriarcado e produção do espaço como central nos estudos sobre o espaço urbano, que é um produto desigual e contraditório. Consolida-se, assim, a partir da análise a tríade dialética entre produção do espaço-patriarcado-propriedade privada no sentido de reconhecer a subjugação das mulheres, resguardada pela máxima da propriedade privada e pelo contrato social que garante sua sujeição, exploração e domesticação. Com isso a cidade de Vitória da Conquista-BA pode ser entendida como expressão historicamente determinada pela subjugação da mulher e do poder masculino nas estruturas produtivas e reprodutivas da cidade materializada no seio da luta de classes.

Palavras-chave: Cidade, Patriarcado, propriedade privada, Produção do espaço.

ABSTRACT

The research exposes the need to consolidate the notions of private property, patriarchy and production of space as central to studies on urban space, which is an unequal and contradictory product and involves such forms of subjection. The analysis thus consolidates the dialectical triad between production of space-patriarchy-private property in the sense of recognizing the subsumption of women, protected by the maxim of private property and by the social contract that guarantees their subjection, exploitation and domestication. With this, the city of Vitória da Conquista-BA could be understood as an expression historically determined by the subjugation of women and male power in the productive and reproductive structures of the city materialized within the class struggle.

Keywords: City, Patriarchy, private property, Production of space.

INTRODUÇÃO

O espaço urbano forjado em condições próprias da sociabilidade determinada pelo capital, aqui denominado como cidade dos homens, é tratado na pesquisa como resultado e condição da subjugação da mulher e do trabalho feminino como estrutura fundante dos

¹ Graduado do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, joannada70@gmail.com ;

² Professor do Curso de Licenciatura em Geografia Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, socrates.menezes@uesb.edu.br ;

processos de apropriação desigual da cidade. A mesma é referenciada teoricamente a partir dos estudos de Heleieth Saffioti, Friedrich Engels e pela teoria da produção do espaço, desenvolvida por Henri Lefebvre e seus estudiosos. Os conceitos de propriedade patriarcal e a produção do espaço são tratados como dialeticamente relacionados, e indispensáveis para os estudos geográficos sobre a cidade. Trata-se de uma investigação sobre a produção do espaço urbano e sua relação estrutural com o patriarcado e a forma histórica da propriedade privada.

Ao reconhecer a produção capitalista do espaço e todas as suas inerentes contradições, e assumir que a forma da cidade e do urbano fundamenta e é fundamentada na natureza patriarcal da propriedade privada, o estudo da cidade dos homens é justificado pela necessidade de reconhecimento das contradições supracitadas em sua totalidade, evitando conciliações. Com o objetivo central de analisar o espaço urbano de Vitória da Conquista-BA a partir das formas de reprodução sociometabólica estruturadas no patriarcalismo, a pesquisa se desdobra na necessidade de entender a relação dialética entre propriedade privada, patriarcado e produção capitalista do espaço.

A tríade dialética entre produção do espaço-patriarcado-propriedade privada serve para o reconhecimento da subjugação das mulheres, que é resguardada pela máxima da propriedade privada e pelo contrato social que garante sua sujeição, exploração e domesticação como é apontado por Engels (2019) ao analisar destruição do direito materno como a derrota do sexo feminino na história mundial, a partir de então se consolida um poder único aglutinado na construção de um histórico-cultural da simbologia do masculino, que encontra-se materializado na figura da família, liderada pelo poder paterno. As condições de existência dentro dessa lógica perpetuam-se nas formas de socialização dos diferentes gêneros.

Nestas circunstâncias, as mulheres são amputadas e limitadas ao exercício do poder, apesar da inclusão massiva das mulheres no mercado de trabalho durante o período vigente ao capitalismo - tal inclusão serve como garantia de permanência das condições de classe e gênero. O uso do conceito de patriarcado, compreendido como a dominação-exploração dos homens sobre a liberdade pública e privada das mulheres, como defendido por Saffioti (2004) é considerado indispensável: Para a autora o conceito mantém particularidades importantes que vão além de nomear o regime atual de relações entre homens e mulheres, o conceito configura um tipo hierárquico de relação que invade todos os espaços da sociedade.

Saffioti (2004) defende que o patriarcado não se trata de uma relação privada, mas civil: dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, têm uma base material e representa

uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência e por essa razão é capaz de permear todas as dimensões do urbano. Outra noção fundamental é a compreensão da propriedade privada, a palavra de *lat proprietate* no dicionário (MICHAELIS, 2008) corresponde a aquilo que é próprio de alguma coisa ou o direito pelo qual uma coisa pertence a alguém. A propriedade privada pode ser interpretada, portanto, como o poder dado a alguém para possuir outrem.

A TRÍADE PROPRIEDADE PRIVADA-PATRIARCADO-PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Ao elaborar uma análise histórica do processo de formação da propriedade privada, Engels (2019), desenvolve a tese de que, desde sua gênese, as instituições sociais propriedade, Estado e família, caminhavam juntas e sua consolidação se manteve condicionada ao desenvolvimento do trabalho e dos consequentes progressos ocorridos na produção de riquezas. Ao escrever sobre a propriedade privada, o jovem Marx permite-nos complementar que: “A relação da propriedade privada contém em si, latente a relação da propriedade privada como trabalho” (Marx, 2017, p. 214). Por isso, ao considerar uma relação inerente e contraditória entre propriedade e relação familiar é imprescindível reconhecer a condição histórica do trabalho feminino.

Segundo Engels (2019), nos antigos grupos humanos as relações familiares eram grupais, cada criança possuía vários pais e várias mães, ou seja, não era possível estabelecer quem eram os pais das crianças geradas. No entanto, ocorria com a maternidade o processo inverso, mesmo quando a mãe se ocupava de todas as crianças saberia-se aquele que ela gerou (Engels, 2019, p. 48). Nesses grupos, as designações pai/mãe, irmão/irmã não eram simples homenagens, elas significavam obrigações bem delimitadas, a medida que essas relações se complexificam as práticas sociais se transformam, como reitera o autor na citação a seguir ao pontuar mudanças nas relações sexuais:

A medida que as condições econômicas de vida se desenvolviam e, portanto, minaram o antigo comunismo e à medida que aumentava a densidade populacional, as relações sexuais tradicionais iam perdendo seu caráter inocente de primitividade selvagem e, na mesma proporção, iam-se tornando mais humilhantes e opressivas para as mulheres, tornando-se mais premente para elas o desejo da instituição do direito à castidade e ao casamento temporário ou permanente com um só homem como libertação (Engels, 2019, p.57).

Concomitante a este momento, em que se aumentava a população e se complexificavam as relações sociais e de produção surgem riquezas, como consequência da divisão sexual do trabalho. No entanto, os produtos construídos fora do ambiente doméstico pertencem apenas ao trabalho do homem, que passam a exigir complexos critérios de controle e administração ao se esbarrar no dilema dos excedentes e das heranças:

[...] essas riquezas representaram um duro golpe para a sociedade fundada sobre o casamento do par e a gens de direito materno. O casamento do par introduzira um elemento novo na família. Ao lado da mãe natural, colocará o pai natural acreditado,[...]. De acordo com a divisão do trabalho na família naquele tempo, cabia ao homem a obtenção dos alimentos e dos instrumentos de trabalho necessários para isso e, portanto, também a propriedade destes últimos; em caso de separação, ele os levava consigo, assim como a mulher ficava com os utensílios domésticos. Portanto, segundo o costume da sociedade daquele tempo, o homem também era proprietário das novas fontes de alimentos, do gado e, mais tarde, do novo instrumento de trabalho, os escravos. Porém, de acordo com o costume da mesma sociedade, seus descendentes não podiam herdar dele (Engels, 2019, p. 59).

Neste momento, a noção de propriedade se consolida a partir do problema paterno e a solução encontrada é a propriedade conjunta dos rebanhos, das mulheres, das plantações, dos utensílios, e até dos escravos necessários, pois a riqueza passou a se multiplicar mais rápido que a família. Nesta ocasião, “à medida que se multiplicavam, as riquezas, por um lado, proporcionaram ao homem uma posição mais importante do que a da mulher na família e, por outro, geravam o impulso para valer-se dessa posição fortalecida a fim de derrubar a sucessão hereditária em favor de seus filhos/filhas” (Engels, 2019, p. 59).

O problema da propriedade é, portanto, solucionado pela derrota da mulher, e pela vitória da família monogâmica, consolidada com o intuito “[...] de assegurar a fidelidade da mulher e, portanto, a paternidade dos filhos/filhas”. A mulher é, a partir desse momento, “submetida incondicionalmente ao poder do homem: quando ele a mata, está apenas exercendo seu direito” (Engels, 2019, p. 61). Com isso, demarca-se a propriedade privada e o patriarcado como um par dialético inseparável desde sua gênese. Para Lefebvre, ao levar o debate para a teoria da produção do espaço, a questão se estabelece da seguinte forma:

[...]A passagem da maternidade ainda importante (relações de consangüinidade) à predominância da paternidade, implica a constituição de um espaço mental e social; ao mesmo tempo que a propriedade privada dos solos, sua partilha, se impõe segundo princípios abstratos que determinam ao

mesmo tempo os limites das propriedades, e o estatuto dos proprietários. (Lefebvre, 1991, p.334)

A passagem de poder da maternidade para a paternidade consolida a resistência da propriedade privada preservada, pois, as propriedades normatizadas como direito masculino necessitavam ser passadas para seus respectivos herdeiros biológicos. As condições históricas presentes durante a formação da família monogâmica, não se reduzem, portanto, ao cercamento de terras e ao estabelecimento da divisão sexual do trabalho. Elas são também responsáveis pela moldagem da lógica de subordinação. Desde então, a propriedade privada e de modo concomitante o patriarcado permeiam a constituição do espaço por meio de leis mantidas pela economia burguesa como inquestionáveis.

Beauvoir (2016), posteriormente, acrescenta que é notável, que o avançar do trabalho promoveu o anulamento da diferença muscular que dividia homens e mulheres. “Assim, o manejo de numerosas máquinas modernas não exige mais do que uma parte dos recursos viris. Se o mínimo necessário não é superior às capacidades da mulher, ela torna-se igual ao homem no trabalho” (Beauvoir, 2016, p.83-84). No entanto, a resistência da propriedade privada, do trabalho alienado e da própria estrutura de classes, essenciais para o modo capitalista de produção, impossibilita a superação da derrota histórica do sexo feminino.

A derrota do sexo feminino, justificada pela consolidação da propriedade privada e do patriarcado, limitaram o domínio de exploração do espaço pela mulher e serviram de barreira para que a mesma vivenciasse experiências históricas similares ao sexo oposto. Este processo histórico de sujeição da mulher, marcou o apagamento do trabalho feminino, considerado pela sociedade, bem como pela produção intelectual, ambos postos como improdutivo, provocou a incompreensão até o limite de sua ocultação do conceito de propriedade privada patriarcal.

Os referenciais que se dedicam à propriedade privada e a distinguir suas características, nas diferentes fases da história da humanidade e também nos diferentes modos de produção, tendem a apagar a intrínseca condição feminina em todos os momentos em que a propriedade privada prevaleça. Ao escrever sobre as transformações da propriedade privada da idade antiga ao capitalismo, Andrade (2018) pontua que:

A “propriedade privada” na Idade Antiga e o processo de troca interna desenvolveram-se, em um primeiro momento, no Direito Romano, contudo, muito diferente da propriedade privada capitalista atual, pois a propriedade privada romana era comum (comunal) e não uma mercadoria, haja vista que somente após o capitalismo, com o surgimento da propriedade privada burguesa, a propriedade torna-se-ia mercadoria no processo de troca. Já a propriedade privada feudal, presente na Idade Média, teve seu fundamento na lealdade, pois era do senhor, mas usada pelo vassalo, ou seja, a propriedade não

era considerada mercadoria, não podia ser trocada como na sociedade capitalista (Andrade, 2018, p. 408-409).

A história do patriarcado acompanha os modos de produção centralizados na propriedade privada, por isso apesar de ser historicamente precedente ao capitalismo o mesmo o integrou às suas intrínsecas características que se diferem de sua presença no modo capitalista, pois refletem o mundo permeado pelas particularidades constitutivas deste modo de produção. Do mesmo modo que as demais características dos modos de produção anteriores como o feudalismo por exemplo:

Na Idade Média, exista a “propriedade privada” feudal, que não era mercadoria não podia ser negociada, como desejava a burguesia, uma vez que sua base era a relação feudal de lealdade, entre senhor feudal e servo, com uma dominação fundada na religião e na moral, por isso, pode-se, também, afirmar que não exista a propriedade privada capitalista naquela época (Andrade, 2018, p. 417).

Durante a Idade Média, segundo Smith:

É função do Estado administrar a sociedade de classe, conforme os interesses da classe dominante; é o que faz através de suas armas militares, jurídicas e ideológicas e econômicas. Cabe ao Estado também a regulamentação da opressão às mulheres, pois a divisão do trabalho entre os sexos torna-se uma relação social rapidamente diferente com o surgimento da propriedade e da produção, para o intercâmbio. Não apenas a exploração das classes e a propriedade privada surgem juntas, mas vêm acompanhadas da escravidão e da opressão feminina (Smith, 1988, p.79).

Ao ser integrado ao novo modo de produção a propriedade privada patriarcal perde sua forma originária e passa a compor as nuances da sociedade burguesa (Saffioti, 2004). Com o desenvolvimento de suas práxis, a propriedade continua sendo interpretada como uma instituição social que possui pujante reconhecimento no modo de produção e sua garantia ainda é institucionalizada, agora pelo Estado Burguês. Na citação a seguir, retirada dos Manuscritos Econômicos e filosóficos, obra em que Karl Marx apresenta seus esboços acerca da propriedade privada, o autor pontua como a economia nacional trata o fato da propriedade privada:

Ela não nos explica esse fato. Ela concebe o processo material da propriedade privada, que atravessa a realidade, em fórmulas gerais, abstratas, que logo passam a valer para ela como leis. Ela não entende essas leis, isto é, ela não mostra como elas surgem da essência da propriedade privada (Marx, 2017, p. 190).

O Estado burguês, representante da assim chamada economia nacional, na afirmação de Marx, institucionaliza a dicotomia entre sociedade e natureza (capital e terra), provocada pela posse estabelecida pela propriedade, e reafirma a dicotomia entre homem e mulher proporcionada, nesse caso, pelo patriarcado. A “propriedade privada é o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho estranhado da relação extrínseca do trabalhador com a natureza e consigo mesmo” (Marx, 2017, p. 205). Segundo Smith (1988), Marx em seus estudos se esforça para reafirmar a unidade entre sociedade e natureza e considerar qualquer tipo de separação como resultado histórico e lógico. Nessa perspectiva, segundo Smith:

[...] a prioridade social da natureza não é algo que deva ser infundido de fora, mas algo que já existe na relação social com a natureza. Ao invés da dominação da natureza, devemos, portanto, considerar o processo muito mais complexo de produção da natureza. Enquanto o argumento da dominação da natureza sugere um futuro sombrio, unidimensional e livre de contrações, a ideia de produção da natureza sugere um futuro histórico que está ainda para ser determinado pelos eventos e pelas forças políticas e não pela necessidade técnica. Porém, os eventos e as forças políticas são precisamente aquelas que determinam o caráter e a estrutura do modo capitalista de produção (Smith, 1988, p. 65).

Compreender, portanto, as nuances da produção da natureza nos permitem avançar na interpretação necessária, porém não suficiente, de que assim como a natureza, a propriedade da mulher é vista como um recurso de usufruto particular e que deve ser explorado pelas sociedades patriarcais que se apropriam do corpo da mulher, do mesmo modo que se apropriam da natureza, no contexto em que a propriedade privada é utilizada como forma de poder:

Na prática, a relação com a natureza progrediu além daquela da de domínio e dominação, tão logo a distinção entre primeira e natureza pré-humana (a dominada) e uma segunda natureza (a dominadora) foi considerada obsoleta. 'Domínio' nem sempre descreve a relação entre as novas primeira e segunda naturezas, a distinção entre materialidade e abstrações que recai na primeira, simples distinção entre a materialidade e abstrações que recai na primeira simples distinção (Smith, 1988, p. 103).

Do mesmo modo, a condição de reprodução da vida da mulher se transforma, assim como, a produção da natureza, que no novo modo de produção apenas pode ser compreendida ao se reconhecer as características das relações capitalistas de produção. Como considera Vilaça e Gomes (2021), este modo de produção apenas pressupõe o sujeito masculino como determinante único nas relações ser humano natureza a ele cabe seguir os interesses da lógica capitalista da propriedade privada e patriarcal.

Neste momento, o desenvolvimento econômico e a acumulação de capital ocasionam transformações, que provocam modificações, no espaço social tido como condição e resultado das novas relações proporcionadas pela passagem da “produção em geral para a produção para a troca e para a produção capitalista” e modificam o modo como o trabalho feminino é absorvido, como aponta Vilaça e Gomes ao referenciar Federici:

Ao analisar as relações sociais na Europa, a filósofa Silvia Federici (2004) constata que a formação do capitalismo é pedra angular da discriminação contra as mulheres na sociedade capitalista, percebendo que a implementação de divisões profundas no corpo do proletariado serviram para intensificar a exploração, especialmente àquelas entre homens e mulheres. Define como “patriarcado do salário” o momento em que a classe capitalista adotou políticas pretendendo disciplinar, produzir e aumentar o proletariado, tendo a família como um importante instrumento para a apropriação dos corpos femininos (Vilaça; Gomes, 2021, p. 224).

Toda essa dinâmica, presente em uma sociedade que produz uma classe que domina os meios de produção, e outra que possui apenas sua força de trabalho, as mulheres estão sendo subjugadas em ambos os lados. No entanto, as mulheres da classe oprimida são privadas não somente dos bens que produz, mas de todos os objetos e instrumentos necessários para produção e para reprodução de sua vida. É importante complementar que segundo Saffioti (1976), “a lógica do sistema capitalista permite ampliar a participação dos assalariados no produto social e, simultaneamente, intensificar a extração de mais valia relativa”. Neste contexto:

A reprodução da vida material fica totalmente dependente da produção do valor excedente. Para este fim, o capital se volta para superfície do solo em busca dos recursos materiais; a natureza torna-se um meio universal de produção, de modo que ela não somente provê o sujeito, o objeto e os instrumentos de produção, mas ela é em sua totalidade um acessório para o processo de produção[...] (Smith, 1988, p. 88).

É importante destacar que segundo Smith (1988), é apenas no sistema capitalista que o ser humano produz a natureza em escala mundial. É neste novo contexto, que o desenvolvimento da produção passa a depender da dominação e exploração internacional das trabalhadoras, o modo de produção e reprodução da vida se estabelece ao mesmo modo e ao mesmo tempo que o modo de produção e reprodução do espaço. Partindo desse ponto, pensar as relações sociais em sua dimensão espacial, permite-nos reconhecer as contradições sócio-espaciais em sua totalidade.

A produção social do espaço como orientação teórico-metodológica lefebvriana, permite que, por meio da totalidade, que se potencialize o entendimento das contradições que constroem, o urbano e a cidade (dos homens), que tem no patriarcado, expresso pela lógica da reprodução da propriedade burguesa, o fundamento de sua produção que é "globalizante e aponta tendências contraditórias - renovação, conservação, preservação, continuidade e rupturas" (Carlos, 2011, p.55). Formando um espaço homogêneo que se fragmenta em diferentes conjuntos hierarquizados por relações reais e seus conflitos. Nos termos de Lefebvre:

[...] o modo de produção organiza, produz, ao mesmo tempo que certas relações sociais, seu espaço (e seu tempo). É assim que ele se realiza, posto que o modo de produção projeta sobre o terreno estas relações, sem, todavia, deixar de considerar o que reage sobre ele. Certamente, não existiria uma correspondência exata, assinalada antes entre relações sociais e as relações espaciais (ou espaço-temporais). A sociedade nova se apropria do espaço preexistente, modelado anteriormente; a organização anterior se desintegra e o modo de produção integra os resultados (Lefebvre Apud Carlos, 2011, p. 57).

Que podem ser encontrados na materialidade do espaço urbano, no cotidiano da "sociedade burocrática de consumo", baseada na exploração da classe trabalhadora dentro e fora do ambiente formal de emprego. Pensar a realidade das mulheres da classe trabalhadora a partir da produção do espaço, mais especificamente na cidade, é crucial para entender as novas formas de violência que são subsumidas pela propriedade privada patriarcal, que encontra no espaço condição, meio e produto de sua reprodução. De acordo com Godoy (2008), Lefebvre, em sua obra completa, destaca que:

[...] a cidade adquire um valor conceitual de extrema relevância para a fundamentação teórica da concepção da 'produção do espaço' e da reprodução das relações sociais. A cidade revela, em certo sentido, a unidade das relações capital-trabalho e da história da aventura humana do domínio sobre a natureza (Godoy, 2008, p.129).

Sendo assim, a escolha teórico-metodológica de compreender a realidade da mulher da classe trabalhadora a partir da relação tríade entre propriedade privada-patriarcado-produção do espaço, permite reconhecer que, a ordem urbana estabelecida no espaço-tempo das cidades, não está isenta das dinâmicas patriarcais que resguardadas nas questões de gênero e raça operam na cidade:

[...] como válvulas de escape no sentido de aliviar, ainda que de maneira simulada tensões sociais geradas pelo modo capitalista, assim como no sentido de desviar da estrutura de classes a atenção dos membros da sociedade,

centrando-a nas características físicas que voluntariamente, certas categorias sociais possuem (Saffioti, 1976, p. 126).

Esta compreensão, apresentada por Saffioti, é fundamental para a interpretação que buscou-se construir acerca da tríade propriedade privada-patriarcado-produção do espaço, pois ao compreender os três conceitos em tríade dialética elimina-se a possibilidade de justificar os conflitos e contradições observados nas atividades dos sujeitos e instituições que compõem a divisão social do trabalho presente na, agora assim denominada, cidade dos homens, apenas por meio de fatores de ordem natural como, sexo e raça. Sem perder de vista que “As condições concretas de realização das relações capitalistas de produção estão nos processos de separação e de efetivação da propriedade privada, sobretudo, o pressuposto da propriedade da terra é a universalização do trabalho assalariado” (Godoy, 2018, p.562) e, portanto, da luta de classes.

A cidade é “dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas retalhadores e agenciadores de certos artistas próximos a cientificidade”

O processo de produção do espaço social urbano que segundo Lefebvre reúne o mental, o cultural, o social e o histórico, é concebido por meio da descoberta, produção e criação, por um grupo de sujeitos sociais que ocupam as estruturas do poder e controlam a ideologia dominante (Lefebvre, 1991). A cidade dos homens é a espacialização, corporificação das estruturas de poder e comando, baseada na tríade propriedade privada-patriarcado-produção do espaço.

Uma colocação teórica que afirma a condição do patriarcado como exclusiva ao âmbito particular, como um mero expressão do “machismo” nos espaços da vida privada, não é suficiente para abarcar todas as contradições que comportam o processo de sujeição da mulher: “O espaço de um 'cômodo' de um quarto, de uma casa, de um jardim, separado do espaço social por carreiras e muros, por todos os signos da propriedade privada não é menos espaço social”(Lefebvre, 1991, p.130). Considera-se aqui que o patriarcado e a propriedade privada influenciam em processos que compõem a dinâmica social de produção do espaço urbano em sua totalidade, inclusive na dialética público-privada. Neste espaço, produzido a partir da tríade percebido-concebido-vivido, a lógica privada acumulação de riquezas em geral é priorizada e suas múltiplas atividades integram o bojo das mercadorias que existem em detrimento do sonho pretérito de:

[...] uma vida comunitária, com flores nas sacadas, praças cheias de pessoas e crianças, pequenas lojas e oficinas abertas a todos, uma profusão de cafés,

fontes, pessoas divertindo-se às margens do rio, jardins comunitários aqui e ali” (talvez isso só exista em minhas lembranças), tempo suficiente para o prazer de conversar ao fumar um cachimbo (Harvey, 2014, p.09).

O que se prioriza é o processo de valorização do espaço capitalista em sua expressão real e contraditória que se dá na cidade dos homens; fonte de privação, pois destrói as possibilidades de transformação social ao limitar a autonomia da arte, cultura, da atividade criativa; ao pacificar os sujeitos - também e principalmente pela domesticação da mulher - conformando-os à sua condição de consumidor; ao espetacularizar os conteúdos da urbanização; ao individualizar o uso do espaço (Lefebvre, 1991).

O emprego do tempo na cidade dos homens está, devido à sua condição de espaço-mercadoria, condicionado às novas formas de uso do espaço e do tempo sociais, de se relacionar com o outro e com a cidade. O que gera uma homogeneização, fragmentação e hierarquização das cidades, dominadas pela troca e direcionadas pelo processo de acumulação. A análise da relação dialética estabelecida entre Urbanização e Capitalismo, como discorre Harvey (2014), permite compreender que as estruturas de poder, neste exemplo definidas pela luta de classes, estendidas ao patriarcado, se afirmam em ambas as esferas.

A urbanização sempre foi, portanto, algum tipo de fenômeno de classe, uma vez que os excedentes são extraídos de algum lugar ou de alguém, enquanto o controle sobre o uso desse lucro acumulado costuma permanecer nas mãos de poucos (como uma oligarquia religiosa ou um poeta guerreiro com ambições imperiais). Essa situação geral persiste sob o capitalismo, sem dúvida, mas nesse caso há uma dinâmica bem diferente em atuação. O capitalismo fundamenta-se, como nos diz Marx, na eterna busca de mais-valia (lucro). Contudo, para produzir mais-valia, os capitalistas têm de produzir excedentes de produção. Isso significa que o capitalismo está eternamente produzindo os excedentes de produção exigidos pela urbanização. A relação inversa também se aplica. O capitalismo precisa da urbanização para absorver o excedente de produção que nunca deixa de produzir (Harvey, 2014, p.30).

Neste contexto, a dinâmica de produção de excedentes de formas de mais-valia, de lucro e a consequente acumulação de riqueza, característica do capitalismo, especializa-se na cidade dos homens, por meio de ‘espaços de miséria’. Expondo contradições que são inerentes a relação dialética estabelecida entre capitalismo e urbanização como, por exemplo, o poderio da classe dominante, o patriarcado e o racismo. Nestes espaços as relações patriarcais, suas hierarquias e estruturas de poder e controle estão materializadas: “a diferença sexual é convertida em diferença política passando a se exprimir ou em liberdade ou em sujeição” (Saffioti, 2004, p.55).

O capitalismo mercantiliza todas as relações sociais que produzem esses espaços, inclusive a dinâmica de exploração-dominação e dominação-exploração entre os gêneros. A discriminação proporcionada pela preservação do racismo, do patriarcado e das classes sociais garante a conservação das estruturas de poder que, hierarquizadas, favorecem o processo de acumulação de riquezas na cidade dos homens. O espaço concebido utiliza as condições do patriarcado-propriedade privada-produção do espaço para sua reprodução, sendo responsável por normatizar uma representação do espaço ideal que “se resolve numa coleção de monumentos 'públicos' e de casas 'privadas', propriedades dos notáveis” (Lefebvre, 1991, p.370), os homens.

Nesta cidade, “[...] as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contamina toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado. ” (Saffioti, 2004, p.54) Estado esse que é capaz de mediar os conflitos presentes no cotidiano da “sociedade burocrática de consumo” que produz as cidades. Dentre as mais variadas concepções de Estado divulgadas pelos pensadores marxistas, a do Antônio Gramsci permite o reconhecer como um instrumento de mediação da luta de classes ao auxiliar a manter a estrutura de classe por meio da coerção e consentimento.

O pensador italiano incorporou o aparelho de hegemonia no Estado e também a sociedade civil, ampliando-o para além do conceito marxista-leninista de Estado como um instrumento coercitivo da burguesia. Reconhece que o Estado atua dialeticamente, como instrumento essencial para expandir o poder da classe dominante e exerce força repressiva (sociedade política) para manter os grupos subordinados fracos e desorganizados (Costa; Rocha, 2016, p.4).

A acomodação proporcionada pelas ilusórias soluções construídas pelo Estado burguês, exemplificadas por pequenas soluções como a ampliação de linhas de transporte coletivo, reformas e ampliação nas áreas de saúde e educação, concessão mínima de direitos trabalhistas e leis antiviolença, expõe a capacidade da ideologia burguesa de renovar as condições de sujeição da mulher que reproduz sua vida na periferia social da cidade dos homens, reduz as possibilidades de mobilização das mulheres da classe trabalhadora e portanto de um enfrentamento direto entre as classes, resguardados nessas condições quase fantasmagóricas:

A classe ideológica totalitária no poder é o poder de um mundo reinvertido: quanto mais ela é forte, mais ela afirma que não existe, e a sua força serve-lhe acima de tudo para afirmar a sua inexistência. Ela é modesta nesse único ponto, porque a sua inexistência oficial deve também coincidir com o nec plus ultra do desenvolvimento histórico, que simultaneamente se deveria ao seu infalível comando. Exposta por toda a parte a burocracia deve ser a classe invisível para

a consciência, de forma que toda a vida social da mentira absoluta decorre desta contradição fundamental (Debord, 2003, p.83).

São esses sujeitos, que dominam as contradições do espaço vivido, envoltos na capa de invisibilidade do concebido que por meio de seus representantes (na maior parte das vezes o Estado), executam o controle da cidade dos homens, por meio de normas técnicas e texturas espaciais apresentadas como neutras e até mesmo apolíticas. Como aponta Marx (2017, p.189), ao denunciar a passividade no modo como as ações são impostas. “Nós partimos das premissas da economia nacional. Aceitamos sua linguagem e suas leis”, ordens essas, ocupadas majoritariamente por figuras homens cis heterossexuais, que vão conceber a dinâmica da produção do espaço o que “marca essa sociedade com sua característica, com sua dominação, com o poderio da classe dominante” (Lefebvre, 2001, p.15). Neste contexto, surgem interpretações e teorias, por vezes retiradas dos textos de Henri Lefebvre que sugerem respostas que por vezes banalizam a teoria revolucionária.

Urge considerar que há um desgaste dos termos “direito à cidade” e “função social da propriedade”, no sentido de que tais termos, banalizados, têm neutralizada a sua potência transformadora, ao serem incorporados institucionalmente enquanto discurso e enquanto uma espécie de contrapartida do planejamento estratégico. Nesse sentido, o esvaziamento conceitual e prático do direito à cidade pode estar obstruindo, em nome de um pragmatismo, a utopia e a radicalidade do próprio direito à cidade (Volochno, 2018, p. 74).

Essas interpretações institucionalizadas nas ciências parcelares que se debruçam nos estudos sobre a cidade, a exemplo da Geografia, Urbanismo, Arquitetura, dentre outras, têm enfraquecido a capacidade de promover manifestações sociais que respondam de maneira revolucionária questões como a da propriedade privada patriarcal. Ao se tornarem clichês do discurso oficial e serem incorporados ao planejamento como meras formalidades, esses termos citados por Volochno (2018) perdem seu poder de transformação. Isso resulta no esvaziamento conceitual e prático do direito à cidade, impedindo a realização da utopia e da radicalidade inerente a esse direito.

O texto apresentado no presente artigo pleiteia uma leitura espacial da cidade capitalista-patriarcal, nos termos em que Vitória da Conquista-BA pode ser analisada. Com o intuito principal de compreender a realidade concreta, que permite introduzir no estudo da cidade a tríade composta pela propriedade privada, patriarcado e produção do espaço. Esses elementos se revelam fundamentais para a compreensão da condição da mulher na sociedade capitalista.

Para isso, apresenta-se um debate teórico-metodológico considerado indispensável para a construção de um estudo acerca da produção do espaço urbano, determinado pela lógica patriarcal da propriedade burguesa, isto é, a cidade dos homens. No desenvolvimento desse debate, é elaborado um referencial que reuniu a contribuição de diversos autores, os quais, quando trabalhados em conjunto, possibilitaram uma abordagem das contradições que permeiam a reprodução da vida na cidade dos homens.

Ao longo desta pesquisa, ficou evidente que, apesar de ser historicamente precedente ao capitalismo, o patriarcado não apenas persistiu, mas também se integrou às intrínsecas características desse sistema, moldando o mundo contemporâneo permeado pelas particularidades constitutivas do modo de produção capitalista. A concretização do patriarcado na pesquisa permite alcançar a materialidade da cidade dos homens. Nela, podemos identificar espaços permeados por manifestações de violência, que se refletem em áreas cruciais como a saúde, a educação, o transporte, a moradia e muitos outros.

Ao longo deste estudo, ao compreender como a propriedade patriarcal e a sociabilidade historicamente constituída sobre ela se relacionam com o processo de produção do espaço, aponta-se uma perspectiva de análise da cidade de Vitória da Conquista-BA, neste caso representante das cidades modernas. Esta cidade pode ser apreendida como uma expressão historicamente determinada pela subjugação da mulher e pelo domínio do poder masculino nas estruturas produtivas e reprodutivas que se materializam no seio da luta de classes.

Entende-se, portanto, que o espaço é produzido por aqueles que efetivamente se apropriam do espaço por meio do trabalho e por aqueles que os dominam. Esta dinâmica, manifesta-se na violenta hegemonia do homem capitalista sob a cidade do capital e na resposta dos movimentos sociais. Partir da premissa de que é necessário entender a condição violenta do cotidiano da mulher na cidade dos homens torna a compreensão da inadmissível persistência da propriedade privada-patriarcado é indispensável nos estudos críticos sobre a cidade.

ANDRADE, Diogo de Calasans Melo. Historicidade da propriedade privada capitalista e os cercamentos. **História: Debates e Tendências** – v. 18, n. 3, set./dez. 2018, p. 408-419. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/8597/114114258>>. Acesso em: 16 abr. 2023

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

CARLOS, A. F. A. GEOGRAFIA NO SÉCULO XXI: O CAMINHO DA CRÍTICA E A DIALÉTICA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO. In: CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz; SILVA, José Danilo Santana. **O fim do pensamento crítico reflexivo? A negação do humano e a banalização da teoria**. São Cristóvão: Editora UFS, 2011.

COSTA, Maria Betania Buarque L., ROCHA, Janne Alves. ESTADO E SOCIEDADE CIVIL EM GRAMSCI: UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO. **I JOINGG – JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ANTONIO GRAMSCI VII JOREGG – JORNADA REGIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ANTONIO GRAMSCI Práxis, Formação Humana e a Luta por uma Nova Hegemonia**. Universidade Federal do Ceará – Faculdade de Educação 23 a 25 de novembro de 2016 – Fortaleza/CE.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. 1. ed. Brasil: eBooksBrasil.com, 2003.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado: em conexão com as pesquisas de Lewis W. Morgan**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. A acumulação primitiva do capital e o discreto charme da geografia burguesa. **Geosp - Espaço e Tempo** (Online), v. 22, n. 3, p. 559-571, dez. 2018. ISSN 2179-0892. Disponível em:

<<https://www.revista.usp.br/geosp/article/view/119886>>. doi:

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2018.119886>. Acesso em: 16 abr. 2023.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. A produção do espaço: uma reaproximação conceitual da perspectiva Lefebvriana. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 23, pp. 125 - 132, 2008.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Boitempo, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 1. ed. São Paulo: Centauro, 2001a.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001b.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. English Translation Donald Nicholson-Smith. Oxford: Basil Blackwell, 1991.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2017.



MICHAELIS: **dicionário escolar língua portuguesa**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero Patriarcado Violência**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **TRABALHO FEMININO E CAPITALISMO**.

Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, ano 1 - v. 1, n. 1 - 1976. Disponível em:

<<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1488/1192>>. Acesso em: 16 abr. 2023.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1988.

VILAÇA, Isabele Augusto, GOMES, Laura Loureiro. **COLONIALIDADE DO DIREITO: PROPRIEDADE PRIVADA, MULHER E NATUREZA NA SOCIEDADE PATRIARCAL**.

Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas

Multidisciplinares no Século XXI, Volume 2. Disponível em:

<https://web.archive.org/web/20220927074254id_/https://institutoscientia.com/wp-content/uploads/2022/09/capitulo-humanas_sociais_2-13.pdf>. Acesso em: 16 de abr. 2023.

VOLOCHKO, Danilo. **Conflitos Socioespaciais, Socioambientais e Representações:**

Dimensões da Análise Urbana. In: Carlos, Ana Fani Alessandri; Santos, César Simoni;

Alvarez, Isabel Pinto (orgs.). **Geografia Urbana Crítica: Teoria e Método**. São Paulo:

Contexto, 2018.